

# SUMÁRIO

PLANTÃO PMPE .....	2
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	2

## PLANTÃO PMPE

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1.) Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988.

Ao final, concluíram, corretamente, que:

- A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;
- B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;
- C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;
- D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;
- E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

2) Considere que Maurício é empregado sindicalizado da Empresa ABC e foi eleito como suplente para o cargo de representação sindical. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Maurício

- A) apenas pôde se candidatar, pois já estava sindicalizado há pelo menos cinco anos.
- B) somente teria estabilidade caso tivesse sido eleito para o cargo de direção do sindicato.
- C) não pode ser dispensado até dois anos após o final do mandato.
- D) possui estabilidade no cargo, adquirida no momento em que foi eleito.
- E) não pode ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

3.) Em relação à nacionalidade, conforme dispõe a CF/88, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

II. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

III. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

IV. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Apenas II e III estão corretas.

4.) De acordo com a CF, são gratuitas as ações de

- A) mandado de segurança e mandado de injunção.
- B) *habeas corpus* e mandado de injunção.
- C) *habeas data* e mandado de segurança.
- D) *habeas corpus* e *habeas data*.

5.) O instrumento do “mandado de segurança” pode ser individual ou coletivo e serve para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Dessa forma, é correto asseverar que o referido instrumento é um(a):

- A) Forma de controle judicial da Administração Pública.
- B) Forma de controle legislativo da Administração Pública;
- C) Recurso do processo penal cabível das sentenças absolutórias de primeiro grau.
- D) Recurso do processo civil cabível das decisões interlocutórias de quarto grau.
- E) Ação inexistente na legislação brasileira.

**6.)** Deve obrigatoriamente votar, a pessoa:

- A) Com 14 (quatorze) anos de idade.
- B) Com 16 (dezesesseis) anos de idade.
- C) Com 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- D) Com 75 (setenta e cinco) anos de idade.
- E) Analfabeta.

**7.)** Sobre nacionalidade, é certo dizer que os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são:

- A) brasileiros natos.
- B) brasileiros naturalizados.
- C) estrangeiros.
- D) apátridas.
- E) refugiados.

**8.)** João foi convocado para a prestação de determinado serviço de relevante interesse público, regularmente instituído pela ordem jurídica brasileira. Em resposta, comunicou à autoridade competente que não iria atender à convocação por motivo de convicção filosófica diversa. À luz da ordem constitucional, a conduta de João é

- A) lícita, desde que seja reconhecida em juízo a veracidade de sua convicção filosófica
- B) ilícita, não sendo amparada pela ordem constitucional a negativa com base em convicção filosófica.
- C) ilícita, já que, nas circunstâncias indicadas, o interesse individual tem peso inferior ao interesse público.
- D) lícita, devendo cumprir a prestação alternativa fixada em lei, e, não o fazendo, terá os direitos políticos suspensos.
- E) lícita, e também poderá negar-se a cumprir a prestação alternativa fixada em lei, daí decorrendo a sanção de multa.

**9.)** Bruna V. Vercintorix requereu à Secretaria de Segurança o acesso à sua ficha cadastral, caso existente, com todos os dados constantes. Não houve qualquer resposta por parte do referido órgão público. Nos termos do sistema de controle judicial das atividades administrativas, o acesso pretendido por Bruna deve ser buscado mediante:

- A) Mandado de Injunção
- B) Ação Popular
- C) Tutela Cautelar
- D) Habeas Data

**10.)** A Constituição Federal de 1988, além de regular o funcionamento do Estado, elenca a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República e prevê, expressamente, diversos direitos e garantias fundamentais. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Nenhum brasileiro será extraditado, ainda que naturalizado, salvo em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- B) O civilmente identificado será submetido a identificação criminal, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- C) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo assegurada ao proprietário indenização posterior, desde que haja dano.
- E) A lei penal retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

**11.)** Selma, após analisar a Constituição da República de 1988, constatou que o exercício de certo direito constitucional estava sendo inviabilizado em razão da falta de norma regulamentadora editada pelo poder competente.

Nesse caso, Selma pode ajuizar:

- A) mandado de segurança;
- B) pedido de reclamação;
- C) mandado de injunção;
- D) direito de petição;
- E) *habeas data*.

**12.)** Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, assegura(m)-se aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral

- A) sigilo de dados e de comunicações telefônicas, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
- B) contraditório e a ampla defesa, com restrição de meios e mecanismos de defesa.
- C) apenas o sigilo de comunicações telefônicas, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
- D) apenas o sigilo bancário, mesmo com prévia autorização judicial para o acesso pela autoridade competente para investigação.
- E) contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.

**13.)** Marque a alternativa correta sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, levando em consideração apenas os critérios da natureza do delito e do sexo do apenado.
- B) As presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos desde o nascimento até a criança completar um ano de idade.
- C) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- D) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

**14.)** Leia os itens seguintes em relação à propriedade:

I- A propriedade atenderá a sua função social.

II- A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

III- No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, ainda que não haja dano.

IV- A pequena e a média propriedades rurais, assim definidas em lei, desde que trabalhadas pela família, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Estão corretos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, apenas os itens:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV,

**15.)** Marque a alternativa correta sobre a igualdade:

A) O direito à igualdade se traduz exclusivamente na ordem, dirigida ao legislador, de que lei nenhuma poderá prever direitos, deveres e garantias diferentes para homem e mulher, sendo, portanto, vedado o tratamento desigual de gênero, em qualquer situação.

B) Não viola a igualdade a imposição legal de limite etário para inscrição em concurso público quando esse limite puder ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

- C) Não há relação entre igualdade e as chamadas ações afirmativas.  
D) A igualdade impõe limitações apenas ao Poder Público, inexistindo conteúdo da igualdade voltado às relações entre particulares.

**16.)** É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:

- A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.  
B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.  
C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.  
D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.  
E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

**17.)** A Secretaria de Ordem Pública do Município Beta recebeu informações de que a Associação de Moradores do Bairro ZZ estaria estimulando a depredação de bens públicos. Após a regular tramitação do processo administrativo no qual representantes da Associação foram ouvidos, o Secretário Municipal, entendendo provados os fatos, decidiu pela sua dissolução compulsória. À luz da narrativa acima, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida Associação:

- A) observou a ordem constitucional, pois foi preservada a garantia do devido processo legal;  
B) observou a ordem constitucional, desde que o Secretário Municipal tenha recebido delegação do Prefeito Municipal;  
C) não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;  
D) não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;  
E) não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.

**18.)** Conforme o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.  
B) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.  
C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.  
D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.  
E) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

**19.)** Tibúrcio, pela primeira vez, elegeu-se, nas últimas eleições, Governador de determinado Estado e, tendo em vista o sucesso obtido com seus eleitores, deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à reeleição. Já Elza estreou na política elegendose a atual Prefeita de determinado Município, mas deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à Presidência da República. Considerando-se apenas os dados fornecidos no caso hipotético apresentado, Tibúrcio

- A) poderá ser reeleito para o mesmo cargo, mas Elza é obrigada a cumprir seu mandato até o fim, respeitando a vontade popular que a elegeu.  
B) poderá ser reeleito para um único período subsequente, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que atualmente exerce até seis meses antes do pleito.  
C) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam desde que ambos renunciem aos mandatos que exercem até seis meses antes do pleito.  
D) não poderá ser reeleito, pois não é permitida a reeleição para o cargo de Governador, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que exerce até seis meses antes do pleito.  
E) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam sem necessidade de renúncia aos respectivos mandatos.

20.) A respeito dos Partidos Políticos, a Constituição Federal assegura que

- A) é livre sua criação, fusão, incorporação e extinção, resguardados a soberania nacional, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observado o caráter regional.
- B) antes de adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- C) estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro e de se subordinar a estes, devem prestar contas à Justiça Eleitoral e ter funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- D) podem adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- E) terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os que tiverem eleito pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos dois terços das unidades da Federação.

21.) Sobre a condição de brasileiro nato e naturalizado, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- B) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- C) Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República são privativos de brasileiros natos.
- D) O cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal pode ser ocupado por brasileiro naturalizado.
- E) Os cargos da carreira diplomática são privativos de brasileiros natos.

22.) Segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, são direitos e garantias fundamentais do indivíduo, EXCETO:

- A) A solução pacífica dos conflitos
- B) A igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres.
- C) A livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- D) O contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em processo judicial ou administrativo.
- E) A presunção de inocência até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

23.) Analise a seguinte situação hipotética:

Tafarel Bruni é cidadão italiano tendo se radicado no Brasil por ter se adaptado ao clima tropical. Após longos anos, resolve requerer a naturalização e ingressar no serviço público brasileiro. Nos termos da Constituição Federal, brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de:

- A) Oficial das Forças Armadas
- B) Juiz de Direito
- C) Promotor de Justiça
- D) Fiscal de Tributos

24.) Analise as assertivas abaixo, a partir do que estabelece a Constituição Federal do Brasil.

I - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

II - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

III - A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença prévia dos órgãos competentes, podendo ser regulada através de censura.

Estão CORRETAS:

- a) apenas I;
- b) apenas II;
- c) apenas III;
- d) apenas I e II;
- e) apenas I e III.



25.) Assinale a alternativa correta com fundamento no texto constitucional.

- A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação imediata.
- B) São gratuitos para todos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- C) Constitui crime inafiançável e imprescritível o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- D) Conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- E) Os tratados internacionais acerca de direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais quando aprovados pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos.

26.) Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos.

- A) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade do cônjuge do Prefeito ou de quem o haja substituído dentro de 6 meses anteriores ao pleito.
- B) Na década de 1990, ocorreu no Brasil o primeiro referendo da história da República, possibilitando a escolha pelos cidadãos entre a forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo).
- C) Constitui condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- D) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, inclusive para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- E) A Constituição Federal do Brasil de 1988 assimilou o regime de democracia participativa (ou semidireta), contemplando um sistema híbrido que reúne a democracia representativa com peculiaridades e atributos da democracia direta.

27.) Analise as afirmativas abaixo de acordo com o texto constitucional:

- I. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial ou judiciária competente.
  - II. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
  - III. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
  - IV. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade superior ou judiciária.
- Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas II e III.
- B) São corretas apenas as afirmativas I, II e III.
- C) São corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- D) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
- E) São corretas as afirmativas I, II, III e IV.

28.) Segundo disposto na Constituição Federal de 1988 sobre o tema da Nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São brasileiros natos os nascidos no exterior, filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira com tal competência.
- B) São brasileiros natos aqueles nascidos no Brasil, ainda que filhos de pais estrangeiros. É importante ressaltar que a regra não se aplica em caso de estarem os pais a serviço de seu país de origem.
- C) São brasileiros natos aqueles nascidos no exterior, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, sendo necessário que pelo menos um dos pais esteja a serviço do Brasil.
- D) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil.
- E) São brasileiros natos os estrangeiros que residem no país há mais de quinze anos sem interrupção. Somado a isso, é necessário, também, que o estrangeiro não ostente condenação criminal. Nesses casos, a nacionalidade brasileira deve ser requerida pelo estrangeiro.

29.) Sobre o prisma da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

I - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

II - A autoridade competente não poderá usar de propriedade particular no caso de iminente perigo público, mesmo que assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

III - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV - A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal está, obrigatoriamente, vinculada ao pagamento das taxas exigidas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

A) São corretas apenas as afirmativas I e III.

B) São corretas apenas as afirmativas I, II e III.

C) São corretas apenas as afirmativas I, II e IV.

D) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV.

E) São corretas as afirmativas I, II, III e IV.

30.) Acerca da perda ou suspensão dos direitos políticos, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A incapacidade civil relativa é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos.

B) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos.

C) A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos.

D) A incapacidade civil absoluta é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos.

E) A prática de ato de improbidade é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos, nos termos do Art. 37, § 4º, da Constituição Federal.

## GABARITO

1.D 2.E 3.A 4.D 5.A 6.C 7.A 8.E 9.D 10.D 11.C 12.E 13.D 14.A 15.B 16.C 17.D  
18.C 19.B 20.C 21.D 22.A 23.A 24.D 25.D 26.E 27.A 28.E 29.A 30.A